

UMA RELAÇÃO DE PODER: A MÍDIA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CAMPINA GRANDE - PB

Erica Lins Ramos¹

Dentro desta recente perspectiva, enquanto método de pesquisa a que hoje chamamos de “Nova História Política”, enquadramos aqui a nossa problemática, que se respalda em analisar os deslocamentos de identidades nos discursos do Jornal Diário da Borborema², entre os anos de 1964 a 1968, sobre os movimentos estudantis, na cidade de Campina Grande – PB³.

A nossa pesquisa perpassa entre os anos de 1964 a 1968. O recorte temporal se deve as questões que marcaram este período. No ano de 1964, o Brasil presenciou uma transição política diferenciada, no qual Carvalho (2005) argumenta que da forma e por quem o “golpe” foi precedido foi uma surpresa para a população, porque se pressentia um “golpe” da direita ou da esquerda, mas, não das forças armadas. A nossa pesquisa segue até o ano de 1968, devido aos acontecimentos que marcaram a historiografia brasileira nesta transição de Cultura Política que se deflagrou até dezembro de 1968. Sendo este ano uma interrogação para muitos que escrevem sobre o período e/ou vivenciaram, como enfatiza Ventura (1988) em seu livro **1968: O ano que não Terminou**. Todavia, inquieto com o ano de 1968, Ventura escreve um novo livro com o título: **1968: O que fizemos de nós**, trabalho este que continua a buscar respostas sobre os acontecimentos deste ano.

Também optamos por levar a nossa pesquisa até 1968, porque ao término deste ano, devido as fortes repressões efetuadas pelos militares sobre os discentes, principalmente após a edição do Ato Institucional número cinco (AI-5)⁴, as contestações estudantis campinense de contra ao governo dos generais foram brutalmente sufocadas.

¹Graduada em licenciatura plena em História, pela UEPB no ano de 2008, com pós-graduação em História do Brasil/Paraíba pela (FIP) em 2009. E-mail, (lins.ERICA@yahoo.com.br).

²O **Jornal Diário da Borborema**, foi fundado em 02 de outubro de 1957, por Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Ver mais informações no próprio jornal em matéria publicada no dia 02 de outubro de 2007.

³Campina Grande – PB, é uma cidade situada no interior do Nordeste brasileiro. Localizada aproximadamente a 126 quilômetros da capital.

⁴O Ato Institucional Cinco, (AI-5) como ficou conhecido, fez uso do poder que dispunha e do que não lhe cabia, instaurando a verdadeira ditadura militar (VENTURA, 1988) que até então não assumira a sua verdadeira face. Com este ato o congresso é fechado, os movimentos que já eram perseguidos agora passavam a ser com mais eficácia. Aqui em Campina Grande o Centro Estudantil Campinense ainda não tinha sido fechado, porém, com a edificação deste ato ele não sai ileso. No campo político somente sobreviviam aqueles que comungavam com os militares, e não apenas políticos são cassados, e punidos muitas vezes sem perdão e perda não apenas da liberdade de expressão, de entrar e sair de um ambiente, do direito de estudar, ou de se reunir com os amigos quando desejassem, mas, aqueles que tivessem opiniões

A nossa escolha em analisar o Jornal Diário da Borborema, está ligada as fortes expressões pejorativas a que se dirigia aos movimentos estudantis entre os anos de 1964 a 1968.

Desta forma, ao adotarmos o Jornal Diário da Borborema como fonte de pesquisa a ser problematizada e ao constatar neste, denúncias sobre as manifestações estudantis na cidade de Campina Grande – PB, de contra a Cultura Política instaurada pelos militares, se faz importante por meio de trabalhos acadêmicos reconhecer e valorizar a participação destes estudantes enquanto sujeitos ativos na luta contra uma cultura política autoritária e imposta pelos militares a partir de 1964.

Para Kuschnir e Carneiro (1999), o termo Cultura Política é um conceito⁵, multidisciplinar criada na década de 1960 por Almod e Verba. Estes dois autores desenvolveram três tipos básicos para se analisar a política, que se resume na: cultura política paroquial, típica das sociedades simples e pouca diferença entre instituições religiosas e política; cultura política de sujeição, presente nas sociedades autoritárias; e a cultura política de participação características das sociedades democráticas. Porém, Gomes (2005) nos chama a atenção para as críticas feitas a esta metodologia que, não tardaram em ver estas posições enquanto simplistas e voltadas para etapas. No entanto, a partir dos anos 90, a História Política avança por novos caminhos de análises, como as paixões e os desejos, na busca de perceber como estes terminam por serem determinantes dos comportamentos e condutas dos indivíduos e/ou grupos diante da sociedade e da política.

De acordo com Barros

Enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), a Nova História Política - principalmente nos seus desdobramentos de a partir dos anos 1980 - passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes). (...) Redefinida desta maneira, os objetos da História Política são todos aqueles que se mostram atravessados pela noção de “poder” em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade (BARROS, 2005, p. 128-129).

críticas, e/ou contrárias às atitudes do governo, estes de oposição, muitas vezes chegavam a pagar com suas próprias vidas o preço da liberdade.

⁵Explicamos aqui o termo cultura enquanto conceito baseando-nos em Barros (2006), que trabalha com modelos de designação dos termos utilizados na história sobre o que são conceito e noção. Para ele quando falamos de uma história das mentalidades, representações, praticas, imaginário, nos referimos a “noção” por ser estes assuntos novos na historiografia, podendo posteriormente torna-se conceitos. Conceito, para o autor, referi-se a um “instrumento de conhecimento mais elaborados, longamente amadurecidos” como o termo Cultura Política.

A Nova História Política para a partir de então nos (re) direciona às novas abordagens. O poder passa a ser visto em outros campos, e não apenas entre a macro-histórias, constituindo o território do historiador político. Esta Nova História, ainda nos permite compreender os sentidos que um determinado grupo atribui a uma realidade social, em determinado momento do tempo. No entanto, não podemos esquecer o poder exercido sobre a forma simbólica, assunto este que discorreremos em um outro momento deste artigo.

Faz-se necessário, ressaltar que não estamos aqui negando e/ou rejeitando as metodologias de pesquisa que antecederam a Nova História Política, até mesmo porque muitas delas hoje nos são fundamentais enquanto fontes de análise/pesquisa. Para René Remond, “A história de fato não vive fora do seu tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política” (REMOND, 1996, p. 22). Assim falamos hoje de 1964 a 1968, com as disibildades e visibilidades de nossa época, tendo como privilegio atribuições de autores como Michel de Certeau, Chartier, George Balandier, Bourdieu, René Remond, Stuart Hall e outros nomes essenciais para o desenvolvimento teórico desta pesquisa.

Partindo deste campo de ação, observamos no discurso do Jornal Diário da Borborema, os militares como representantes da ordem, enquanto que os estudantes e outros a exemplo dos comunistas caracterizavam a desordem.

Balandier (1982) nos chama para os conceitos de ordem e desordem. Sendo, sempre necessário à existência de ambos, porque sem um o outro não se justifica, assim como também não ganham alibi nos pronunciamentos políticos, como podemos verificar na seguinte nota publicada pelo Jornal Diário da Borborema.

Conhecidos agitadores políticos, suspeitos, pessoas juntamente punidas pela revolução e comunistas notórios, estão se aproveitando desta situação⁶ e pretendem orientar as manifestações estudantis com o objetivo de atingir as autoridades, constituídas, provocar alterações da ordem, atentar contra o patrimônio público e particular, e o regime democrático, (...) que é de liberdade, de respeito à dignidade humana, e de verdadeira justiça social (03 de abril de 1968).

⁶A reportagem faz referencia sem maiores explicações ao assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto pelos militares, enquanto jantava no restaurante do Calabouço na universidade do Rio de Janeiro. Sua morte provocou indignações nos brasileiros, levando a ditadura militar a enfrentar uma grave crise, porém a máscara dos militares começava a cair, e os horrores de seus governos tornavam-se cada vez mais público.

Mediante a um discurso de desordem no contexto político e social brasileiro, os militares consolidam-se como uma “salvação” para os problemas do Brasil, defendendo a soberania de uma “democracia” que se via ameaçada pelo comunismo. Desta forma, a desordem não está apenas no contexto social, mas também, nas intenções dos movimentos estudantis na medida que são influenciados por vínculos partidários que atentam contra um regime “democrático”. A nota do jornal pretende estabelecer uma “ordem” trazida pelo governo dos militares ao Brasil, que por sua vez, é caracterizado por “liberdade, dignidade humana e justiça social”, mas que sofrem a ameaça de certos agitadores.

Para Balandier (1982), a política se estende a uma teatralização, em que os autores principais são os políticos, só que hoje diferente de antes dos avanços tecnológicos, o espetáculo está mais próximo do telespectador, ou seja, não precisamos sair de nossas residências em direção a um “teatro” para então assistirmos a um espetáculo político, porque a mídia, como por exemplo o Jornal Diário da Borborema, que se encarrega em trazer para dentro de nossas casa eventos políticos.

A utilização do jornal impresso pelos militares foi de fundamental importância no propósito de ratificar, enfatizar, de expor o contexto conturbado que o Brasil vivenciava na década de 1960. Mas apenas estar em crise não bastava para se depor um presidente, então se cria com a ajuda da mídia uma ameaça comunista cujo propósito é provocar a desordem em um país que já caminha no caos. Assim, os militares se faziam como luz que ilumina as trevas da política brasileira.

Colonizar a mídia institucionalizada, foi uma das primeiras atitudes realizadas pelo governo dos generais, mais do que isto, eles não apenas ditaram as regras do jogo, como também, a transgrediram com o objetivo de montar sobre sua administração um governo voltado para os valores democráticos⁷.

É de nosso conhecimento, que o contexto político brasileiro antecedente ao golpe militar, contribuiu para a ascensão dos militares a administração do país (Brasil) . Mas,

⁷Para Bobbio, é impossível se chegar a uma definição final sobre o conceito de democracia. Assim o autor nos apresenta uma possível definição. “Por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO, 1986, p. 12). Nessa visão, a democracia, sobre esta perspectiva, seria um conjunto de regras a serem seguidas tanto pelos governadores, quanto pelos governados, buscando sempre atender os objetivos da maioria da população e não de um determinado grupo político ou elitizado, como ocorre nesta fase dita “democrática”. Esse conjunto de regras deve ser seguido por ambos os lados, não se constituindo em algo pronto, acabado, mas sujeito a mudanças, conforme se faça necessário os respectivos interessados.

estes acontecimentos políticos contaram com um importante instrumento de comunicação chamado de mídia. Em Campina Grande, o Jornal Diário da Borborema, no dia 02 de abril de 1964, publica uma nota enfatizando que a “revolução não instituiu ódio e nem perseguição, orientando-se por uma linha de magnanimidade e compreensão talvez inédita em momentos desta natureza”.

Esta publicação no Jornal Diário da Borborema, pretende transmitir um discurso em que a população brasileira compartilhou e era favorável com a revolução instituída no dia 1º de abril de 1964, assim como foi designado por uma certa tendência historiográfica brasileira. Uma outra contradição é defender que a “revolução” não instituiu perseguição. Então nos perguntamos, como o jornal pode defender esta posição se sabemos que inúmeras pessoas foram destituídas de seus cargos políticos e/ou públicos independentemente da posição ocupada, uma vez que o próprio Jornal Diário da Borborema divulga em nota no dia 11 de abril de 1964 a cassação, por votação unânime da Assembléia Legislativa, de quatro deputados tidos como comunistas, a saber: Assis Lemos, Langstaine Almeida e dos suplentes Figueiredo Agra e Agassiz Almeida, e o desaparecimento desde o dia 1º do referido mês, do presidente do Centro Estudantil de Campina Grande - PB⁸, Jurandy Alcântara, além da demissão do diretor da secretaria Oliveiros Cavalcanti de Oliveira.

Verificamos a partir destas duas notas divulgadas no próprio jornal uma contradição. Se a “revolução” não instituiu perseguições, o que justifica a perda dos cargos destas pessoas. Portanto, nos questionamos, qual a função do Jornal Diário da Borborema? Será este jornal apenas um instrumento utilizado pelos militares com o escopo de suavizar os noticiários dos reais acontecimentos que se estabeleciam no cenário político campinense?

Não estamos aqui tomando a mídia enquanto um meio político. Como nos coloca René Remond “Com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas” (REMOND, 1996, p. 441).

⁸O Centro Estudantil Campinense (CEC), foi criado aproximadamente em 1923. Estudantil era uma particularidade de Campina Grande – PB, porque nas demais regiões se chamavam Estudantil. Esta modificação foi feita porque Estudantil estava ligado ao comunismo. O CEC, é fechado com a edição do Ato Institucional número cinco. O objetivo do Centro Estudantil era lutar pelas causas sociais e estudantis, como contra o aumento de passagens; por livros didáticos para estudantes menos favorecidos financeiramente; fiscalizar eventos e as carteiras de estudantes, dentre outros. (NASCIMENTO, 1990).

Remond (1996), nos permite pensar o Jornal Diário da Borborema como um instrumento transformado em armas pela Cultura Política Autoritária dos militares, com o propósito de exercer sobre os cidadãos um poder que disfarça a força bruta e opera por intermédio de símbolos para obter os seus objetivos.

Instituir o poder por meios simbólicos, faz da mídia uma via para se conseguir as aspirações desejadas por alguns grupos políticos além de, se tornar mais favorável do que pelas ações brutais ou racionais.

O poder (...) não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (BALANDIER, 1982, p. 07).

O poder expresso de forma mascarada, fazendo uso em suas atribuições dos símbolos e não apenas da força bruta, inibi as resistências. E entre os territórios colonizados pelos militares esta o Jornal Diário da Borborema. Sobre suas folhas amareladas os discursos são produzidos de forma a invadir os âmbitos privados e propagar as “boas ações” da política em gestão que era ferida por sua vez pelos movimentos estudantis.

Sendo o Jornal Diário da Borborema um dos representantes deste poder simbólico, tinham os seus noticiários pensados para manipular opiniões através de seus signos.

Foi através da mídia que os militares venderam os seus discursos, promovendo sobre o seu próprio vulto a percepção de “bons agentes ativos” para aqueles “passivos”, aptos a comprarem o seu produto, na forma de voto ou apoio político. Além do mais, esses discursos, vendidos por meio da mídia, precisam ser bem elaborados por seus agentes responsáveis para serem bem interpretados e convencer o público alvo a quem é dirigido. Sendo assim, Bourdieu (1998) expõe que é possível, através do poder simbólico, se conquistar praticamente os mesmos objetivos obtidos pela força bruta.

Analisando alguns dos discursos do Jornal Diário da Borborema, podemos verificar o uso do poder simbólico enfatizado por Bourdieu e apropriado pelos militares na seguinte reportagem:

Ontem pela manhã um grande número de estudantes (...) Prostraram-se, em frente ao colégio Imaculada Conceição, mais conhecido dos campinenses, por colégio das Damas localizado na praça da bandeira, para reivindicar que as irmãs liberassem as moças a participarem dos protestos, promovendo uma grande algazarra, inclusive dificultando o tráfego de veículos naquelas mediações. Mas com a presença do delegado capitão Luiz Gonzaga, tudo foi

finalmente sanado e a paz e o sossego restabelecido para a tranqüilidade não apenas dos pais dos estudantes bem como professores e transeuntes (08 de outubro de 1965).

Ao problematizarmos os discursos criados pela mídia nesta reportagem, logo identificamos a forma pejorativa como é apresentada a manifestação estudantil, ou seja, é vista como algo irrelevante para a sociedade, além de apenas provocar tumultos desnecessários, prejudicando inclusive a vida social dos cidadãos, obrigando-os a presenciarem tais manifestações, tidas apenas como “algazarra”.

Podemos perceber ainda que esta reportagem não visa apenas comunicar uma manifestação, porém, aquele que detém o poder sobre ela, articula as informações na pretensão de ir além de um simples comunicado, mas articular sobre o movimento estudantil uma identidade⁹ de desordem, manipulando toda uma informação, cuja aspiração é fazer com que a própria população passe a combater os movimentos estudantis, uma vez que, estas “algazarras” como a reportagem faz uso da palavra só servem para ferir a ordem.

Assim, entre as diversas formas de resistências utilizadas pelos estudantes campinenses, está a luta em trazer para o público a realidade política brasileira, resistindo desta forma, as ofensivas publicadas no Jornal Diário da Borborema. Pois, as reportagens ao serem lidas pela população não tinham apenas o significado da escrita em si, porque, “A leitura induz portanto uma ‘arte’ que não é passividade” (CERTEAU, 1994, p. 50). Isto acontece, porque como observa Chartier, em sua leitura sobre Paul Ricoeur “Daí a atenção voltada para a matéria com que se opera o encontro entre ‘o mundo do texto’ e o ‘mundo do leitor’” (CHARTIER, 2002 p. 64).

Segundo Chartier (2002), Paul Ricoeur nos chama a atenção para três fases que o texto passa. A primeira delas é a pré-figuração (Mimese I), nasce o texto pelo mundo da ação; a segunda é a configuração (Mimese II), aqui teremos o mundo do texto; e por fim a re-configuração (Mimese III), nesta última teremos a interpretação do leitor sobre o texto, ou seja, a fusão de horizontes. A partir de então não se faz necessariamente uma leitura intencionada pelo autor. Porque ao se apropriar de um discurso, cada sujeito realiza de forma singular a sua leitura, o que permite diversas interpretações de uma determinada escrita conforme for o olhar de cada leitor.

⁹Stuart Hall (2006), nos convida a refletir sobre o constante deslocamento de identidades do sujeito moderno, em que pode variar conforme o lugar habitado pelo sujeito que pratica a ação e/ou que é observado por suas ações. Assim, enquanto os estudantes estavam lutando para estabelecer a ordem no país, priorizando o fim do regime autoritário dos militares, para estes (os militares) os estudantes estavam provocando uma desordem no país devido a sua metodologia de protestar.

A leitura também exerce um papel manipulador, dependendo de quem esteja por traz da publicação e quais os seus interesses. Esta escrita será pensada minuciosamente com fins de frear e controlar os pensamentos das pessoas, levando o leitor a compreender apenas o que ela quer mostrar. Por isso, no regime militar, o controle sobre os meios de comunicações era necessário para a formação da Nova Cultura Política dos militares que há tempo já se fazia um embrião na “democracia burguesa”.

Manipular as leituras eram ações constantes no governo dos militares, principalmente na mídia. Porém, este domínio não podia controlar os usos das leituras que falavam mesmo nas omissões das reportagens. Esta leitura nas entrelinhas se fazia porque muitos dos leitores do jornal da década em que estamos evidenciando pertenciam a grupos de estudantes, intelectuais, artistas, dentre outros, que não se deixavam levar pelas falsas promessas democráticas.

Ao esquadrihar o Jornal Diário da Borborema entre os anos de 1964 a 1968, logo percebemos na sua escrita a pretensão dos militares em conter, por fim, as manifestações estudantis com o apoio da população. Verificamos o cuidado como o texto é articulado para não quebrar o discurso “democrático” defendido pelos militares sobre a política brasileira. Esta preocupação existe porque em meio a “democracia” defendida pelo governo em gestão, o próprio Jornal Diário da Borborema publica notas que proíbem o livre arbítrio, a exemplo da informação abaixo:

Nos seus devidos termos, a que segue a proclamação oficial do titular da segurança pública da Paraíba: A Secretaria de Segurança Pública, em face das comunicações recebidas do Sul do País, no sentido de que elementos estranhos à classe estudantil, aproveitam-se do seu estado emocional, decorrente da morte de um colega na Guanabara, para a prática de desordem, depredação, afronta as autoridades e atentando ao regime, faz ciente que não permitirá concentração, passeata ou comícios neste estado, a partir de hoje até novas instruções. (Jornal Diário da Borborema de 03 de abril de 1968).

Nesta reportagem, está explícita a exaltação às ações dos policiais, visando manter a ordem, sem atingirem os estudantes, e sim a grupos estranhos, (como por exemplo os comunistas), que segundo o Jornal Diário da Borborema, são acusados de se aproveitarem das causas estudantis para atentarem contra a “ordem”.

Contudo, mesmo antes destes ocorridos, os estudantes campinenses já ganhavam adeptos, no entanto, a mídia ainda estava contra eles. Em nota do Jornal Diário da Borborema (04 de novembro de 1967), verificamos a seguinte intervenção: “(...) protesto está na moda, protesta-se contra tudo e contra todos. O grito da mocidade atual é de anti-conformismo”. Podemos observar a vulgarização à apresentação do protesto estudantil

pela imprensa. Mas não podemos colocar, na mesma posição, os jornalistas e os possuidores das editoras, visto que os primeiros, muitas vezes, eram a favor dos estudantes, mas, como dependiam dos seus salários, não podiam expressar suas opiniões, enquanto os segundos eram favorecidos pelo governo.

Quando a nota faz a colocação que ‘protesto esta na moda, e que se protesta contra tudo e contra todos’, a mídia tenta desvincular a importância dos movimentos estudantis do seu propósito, ou seja, da luta pelo termino das repressões, para um discurso modista, em que toda aquela movimentação estudantil somente tomava corpo para seguir uma certa tendência modista, talvez porque outros países protestavam contra alguma política e os brasileiros não queriam estar de fora, ou porque estavam influenciados por algumas linhas teóricas e queriam, colocar em práticas suas leituras. O fato é que na visão dos militares não existiam motivos para promover determinadas “badernas”, pois, a conjuntura política que se estabelecia no país, se posicionara justamente com o apoio de boa parte da população brasileira para promover a paz e a justiça.

A dominação dos meios de comunicação cada vez mais se fazia necessário aos militares, porque segundo Ventura (1988), no ano de 1968, as coisas não caminhavam muito bem para os militares. As opiniões a respeito da benevolência do regime já não abrangiam todos aqueles que o apoiaram em 1964. Boa parte das igrejas estavam a favor dos estudantes, a elite brasileira também começou a sofrer com as repressões impostas pelo sistema, além de também estarem insatisfeitos com a economia do país, que vivenciava momentos de crises.

Os discursos salvacionistas dos militares começavam a cair por terra e no momento em que eles mais precisavam do controle da mídia, esta começava a escapar de suas mãos prejudicando-lhes intensamente. A partir de então a desordem não era mais trazida pelos movimentos de contestação ao regime, mas, por aqueles que se alto determinavam justos. Passamos a presenciar uma inversão dos valores, no entanto, inverter estas posições, também, requer domínio do Poder, e este domínio os estudantes não tinham, por isto, mesmo eles ganhando um espaço de destaque e o apoio da população, não foi o bastante para derrubar o governo em gestão. E os militares ao se sentirem ameaçados pelo povo, e com a máquina na mão, não mediram esforços para manter o controle da situação, e para que os seus objetivos saíssem do papel em dezembro de 1968, o governo edita o Ato Institucional Número Cinco (AI-5).

Adotando como ponto de análise as questões abordadas acima, procuramos problematizar alguns discursos do Jornal Diário da Borborema, com relação ao movimento estudantil campinense, todavia, ainda temos muito para analisar, visto que, discutir esta relação envolvendo o Jornal Diário da Borborema, e os movimentos estudantis campinenses, é um campo bastante amplo, e nos exige um estudo mais aprofundado sobre as forças simbólicas, por meio de recursos que disfarçam, a força bruta e repressiva, que castigam o corpo, perpassando pela desmoralização e destruição do homem na sua vida social. A mídia carrega o poder simbólico que invade as residências e as instituições. Ela (a mídia) se articula, se projeta para atingir o seu alvo, não mede esforços, limites, palavras, a verdade é única e pertencente aos núcleos de poderes.

A desordem é sempre o outro, no entanto, quem é o outro? Aqui o outro é o movimento estudantil que faz “baderna” de contra a ordem e a democracia instaurada por governos que agem com políticas autoritárias, mas que se camuflam na máscara da liberdade democrática. Liberdade esta vista apenas por aqueles que ditam as regras, enquanto aqueles que são “submetidos” a elas vivenciam um autoritarismo brutal, sem limites para impor suas vontades.

Ao analisarmos o Jornal Diário da Borborema, verificamos o jogo de interesses inculcado nos seus noticiários, em que tinham dentre as suas funcionalidades o propósito de manipular informações, distorcendo os seus significados para a partir de então atingir os seus objetivos que neste lugar praticado, se dirigia a denegrir o movimento estudantil campinense, ao mesmo instante que exaltava as ações lideradas pela política militar, que por sua vez representavam a ordem sobre a desordem.

Assim, no desenvolvimento desta pesquisa, percebemos a importância do controle da mídia institucionalizada, devido a sua forte influência dentro do campo privado, tentando persuadir o leitor por meio da teatralização política, a apoiarem o governo em vigência e a resistir aos movimentos estudantis, causadores de “baderna”.

Por outro viés, identificamos a resistência dos movimentos estudantis campinense de contra a política autoritária dos militares, até o ano de 1968, quando são silenciados temporariamente pelo Ato Institucional número cinco. Contudo, até a repressão desenvolvida por este ato, observamos que a mídia não conseguiu silenciar as vozes que clamavam por uma sociedade mais democrática, e que embora este objetivo tenha sido parcialmente alcançado, ele é suprimido com o AI-5, ganhando força novamente após 1977, temática esta que discutiremos em uma outra oportunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEIA, Maria de Fátima S. (Orgs.) *Cultura Política: ensaios de história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

BALANDIER, George. **O Poder em Cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

BARROS, José D'Assunção. História cultural e história das Idéias – diálogos historiográficos. In:_____. GEBRAN, Philomena. **História Cultural: Várias interpretações**. Goiânia: E. V., 2006, p. 131-154.

_____.História Política, discurso e imaginário: aspectos de uma interface. In. Sæculum - REVISTA DE HISTÓRIA [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005, p. 128-141.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A Representação Política: Elementos Para Uma Teoria do Campo Político. In: _____. **O Poder Simbólico**. 2. ed.; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 162-207.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In. _____. **Á Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. RAMOS, Patrícia Chittoni. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2002, p. 61-79.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Jornal Diário da Borborema Campina Grande, abril de 1964 a dezembro de 1968.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, V. 13, n. 24, 1999, p. 227-250.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **A Geração Engajada:** Busca de espaços na velha estrutura de poder (um estudo sobre o Centro Estudantil Campinense – 1955 – 1960). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, 1990.

REMOND, René. Do político. In. ROCHA, Dora (Trad.) **Por Uma História Política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 442-450.

_____. Uma história presente. In. ROCHA, Dora (Trad.) **Por Uma História Política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 13-36.

VENTURA, Zuenir Carlos. **1968:** O ano que não terminou. São Paulo: Circulo do livro, 1988.

_____. **1968:** O que fizemos de nós. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.